

Requerimento de Comissão

2623/2023

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, o senhor Fuad Noman e à Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa do Secretário Danilo Borges Matias, questionamentos sobre mutirões de exames de câncer de mama.

O Outubro Rosa é uma campanha mundial que visa sensibilizar a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. Nesse sentido, gostaria de receber informações detalhadas sobre as ações realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte durante esse período, especificamente quanto aos mutirões de exames de câncer de mama.

1. Qual foi o número total de exames de mamografia realizados nos centros de saúde da cidade nos anos de 2021, 2022 e 2023?
2. Quantos mutirões de exames de câncer de mama foram realizados em Belo Horizonte durante os últimos 3 anos?
3. Como foi divulgada a realização desses mutirões à população? Quais estratégias de comunicação foram empregadas para garantir o amplo alcance das informações?
4. Quais foram os locais específicos onde os mutirões foram realizados? Houve uma estratégia para abranger diferentes regiões da cidade?
5. Qual foi o montante financeiro investido pela Prefeitura nessas ações de mutirão de exames de câncer de mama?

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 02.10.2023
HORA. 14:09

511 6215

6. Houve parcerias estabelecidas com instituições médicas, organizações não governamentais ou outros parceiros para a realização desses mutirões?
7. Como a Prefeitura está monitorando e avaliando o impacto desses mutirões na detecção precoce do câncer de mama e no encaminhamento eficaz para tratamento? Existem dados ou estatísticas disponíveis sobre os resultados obtidos?
8. Qual é a projeção para futuras ações relacionadas à detecção precoce do câncer de mama em Belo Horizonte? Existem planos para ampliar e aprimorar essas iniciativas nos próximos anos?

Assim, cabendo a essa Casa Legislativa o poder de fiscalização e aprimorar os atos da Administração Pública, as informações requeridas irão possibilitar o acompanhamento das atividades focadas no atendimento da saúde da mulher em Belo Horizonte.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 02 de outubro de 2023.

MARCELA DE LACERDA
TROPIA:12393283625

Assinado de forma digital por
MARCELA DE LACERDA
TROPIA:12393283625
Dados: 2023.10.02 14:07:09 -03'00'

Vereadora Marcela Trópia
NOVO

À Senhora
Vereadora Flávia Borja
Presidente da Comissão de Mulheres

PROPOSIÇÃO INICIAL	
Avulsos distribuidos	
Em	02, 10, 23
	738
Responsável pela distribuição	



PROJETO DE LEI Nº PL 683/2023

COMISSÃO DE MULHERES

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

Relatório

O **Projeto de Lei nº PL 683/2023** de autoria dos Vereadores: Ver.(a) Cida Falabella; Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Ver.(a) Flávia Borja; Ver.(a) Iza Lourença; Ver.(a) Janaina Cardoso; Ver.(a) Loíde Gonçalves; Ver.(a) Marcela Trópia; Ver.(a) Professora Marli, dispõe sobre a criação do "**Programa de Apoio à Vítima de Violência Doméstica**".

Nesse sentido, ao ser analisado pela **Comissão de Legislação e Justiça**, o parecer exarado se deu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade e publicado em **26/09/2023**.

Logo após, nos termos do Regimento Interno, fui designada, em **27/09/2023**, como Relatora e tudo examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.

Fundamentação

Inicialmente, o **art.52, Inciso IX e alíneas "a", "b", "f" e "g" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte** (com redação dada pela Resolução nº 2.042, de 29/12/2000) prevê as **matérias afinentes à promoção**



e defesa dos direitos das mulheres; políticas, programas e ações que repercutem de forma diferenciada na vida das mulheres; políticas públicas sociais e econômicas que visem à autonomia das mulheres e política de combate a violência contra mulheres, a exploração sexual e ao feminicídio.

Sendo assim, o **Projeto de Lei nº PL 683/2023** tem o condão de viabilizar meios e implementar mecanismos ágeis e eficazes para corroborar com a independência econômica e sobretudo psicológica da mulher em relação ao seu potencial agressor.

Dentro do espaço privado, precisamente em seu núcleo familiar, diversas mulheres são vítimas dos diversos tipos de violência reconhecidos, quais sejam: de ordem sexual, patrimonial, física, moral e psicológica.

Diante das relações domésticas, a **Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)**, atendendo aos anseios da comunidade internacional, criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. De forma mais específica, o projeto em tela, busca implementar política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher a ser articulada em conjunto pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como realizar parcerias com Pessoas Jurídicas de Direito Público e Privado, **conforme art. 7º do PL 683/23** a fim de obter sua independência psicológica e, sobretudo, econômica.

A questão da violência doméstica é tão real e preocupante que perpassa pelo cenário nacional.

Nesse sentido, uma reportagem do **jornal nacional em 23/01/2019 G1.Globo.com, "De cada quatro mulheres agredidas, uma não denuncia o**



agressor porque depende financeiramente dele....” mostrou claramente que a dependência econômica da mulher em relação ao seu agressor, gera mais traumas ao passo que ao adquirem seu espaço como profissional gera dentro delas satisfação, autoconfiança e dignidade como ser humano. **Vejamos o relato de uma mulher que sofria de agressão:**

“Ele tinha uma possessão, ele não permitia eu ter contato com a minha família. A tortura psicológica, a violência sexual, tudo que eu passava ficava ali dentro e se eu precisasse de ajuda o agressor era o meu socorrista”, conta a vítima de violência doméstica.

Nesse diapasão, após a vítima conseguir emprego, tudo mudou, na verdade mudou sua vida. **Vejamos:**

“Hoje a minha vida está transformada. Eu posso dizer que é como se fosse um renascimento, né? Eu nasci de novo”, afirma.

Assim, como essa mulher relatou para o jornal G1.com. sobre sua transformação de vida, a partir da independência econômica, muitas outras estão necessitando dessa ajuda para terem o mesmo fim feliz.

Noutro giro, na **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**, que teve como relator o Deputado Arnaldo Silva, da **Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)**, nesta terça-feira **(22/08/23)** emitiu parecer favorável pela legalidade do **Projeto de Lei (PL) 49/2023**, que tem objetivo de facilitar o ingresso de mulheres vítimas de violência doméstica no mercado de trabalho, visando geração de empregos para essas mulheres, representando com isso, um salto positivo para a sociedade de Belo Horizonte que vem lutando contra essa forma de agressão.



Ademais, o deputado **Arnaldo Silva (União)** que também preside a comissão, exarou sua opinião acerca da constitucionalidade, porém, que a proposição tenha um novo texto, ou seja, (substitutivo), e foi o que ele fez, apresentou o substitutivo de nº 01 da proposição, a partir de um novo texto (substitutivo nº 1).

Nesse compasso, a partir de então, seguirá para análise de primeiro turno que passará para a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Outrossim, em **2011** foi publicado pela **Presidência da República do Brasil – Secretaria de Políticas para as mulheres** - uma matéria de parte da publicação “*Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*” demonstrando que essa rede está dividida em quatro principais setores como: saúde, justiça, segurança pública e assistência social e é composta por duas principais categorias de serviços. **Vejamos:**

- **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;**
- **Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Rede de Enfrentamento	Rede de Atendimento
Comtempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos).	Refere-se somente ao eixo da Assistência /Atendimento.
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializado e não-especializados).
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento À violência contra as mulheres.



Nota-se que essa política implementada na esfera federal tem como princípio atuação articulada entre instituições, serviços governamentais, não-governamentais e comunidade. Com objetivo de melhor atender com qualidade e humanizar o atendimento, identificando caso a caso, com isso, dando os encaminhamentos necessários condizentes com cada situação de violência sofrida pela mulher.

Dessa forma, entre os serviços especializados, a "Rede de Atendimento" são:

Vejamos:

- Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de violência;
- Núcleos de Atendimento;
- Casas Abrigo;
- Delegacias Especializadas
- Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas
- Promotorias Especializadas
- Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
- Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180
- Ouvidoria da Mulher
- Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica
- Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas)
- Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Nesse contexto, os serviços **não especializados** também trabalham com o mesmo objetivo, porém, seu atendimento não se limita a este público seletivo de mulheres vítimas de violência, ele abre a possibilidade das mulheres em



geral de acessar esses serviços por meio dos hospitais, programa saúde da família, serviços de atenção básica, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Ministério Público e Defensorias Públicas.

Logo, ratificando o **PL 683/2023** da ilustres vereadores acima descritos tem o mister de corroborar com a sociedade como todo, no sentido de incluir, incentivar através dos programas que serão implantados, com o apoio das entidades governamentais e privada, e sobretudo da sociedade, com o único fim, dirimir os impactos negativos que a violência causou na vida das mulheres e que ficaram traumatizadas pela violência dentro de casa.

Portanto, nos moldes do art. 30, incisos I e II da Carta Magna, o Projeto em tela, se amolda na competência atribuída ao Município. Nota-se:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...).

De mais a mais, o art. 171, I, da Constituição do Estado de Minas Gerais corrobora ao tratar dessa competência. Observa-se:

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – Sobre assuntos de interesse local,

(...)

Do mesmo modo, nos termos do **§ 8º. do art. 226 da Constituição Federal** prevê a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.



Nesse mesmo sentido, a **Lei nº. 11.340 de 07 de agosto de 2006**, conhecida como Lei Marinha da Penha, pautada na Carta Constitucional trouxe em seu bojo o conceito sobre violência contra a mulher. **Vejamos:**

Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Logo, o Projeto de Lei estará, também, de pleno acordo com a **legislação Federal Lei nº Lei nº. 11.340 de 07 de agosto de 2006**, bem como, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e **Erradicar a Violência** contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Sendo assim, não vislumbro óbice no delinear do Projeto em tela.

2 – CONCLUSÃO:

Ante o exposto, Membros da Comissão de Mulheres, opino pela **APROVAÇÃO DO Projeto de Lei nº PL 683/2023**.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2023.

MARILDA DE CASTRO
PORTELA:00821508695

Assinado de forma digital por
MARILDA DE CASTRO
PORTELA:00821508695
Dados: 2023.09.29 21:22:11 -03'00'

MARILDA PORTELA

VEREADORA
Cidadania